

A QUESTÃO DE GÊNERO NA EDITORIA DE REVISTAS CIENTÍFICAS: REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES

Tatiely Mayara de Oliveira Neves

Mestra em Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

tatielymon@hotmail.com.

<https://orcid.org/0000-0001-8471-8156>.

Hildenise Ferreira Novo

Doutora em Difusão do Conhecimento. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

denisenovo@gmail.com.

<https://orcid.org/0000-0003-0986-7164>.

RESUMO

Com o objetivo de investigar e apresentar a representatividade da editoria feminina dentro das revistas científicas. Este artigo se propõe a discutir brevemente o panorama da questão de gênero na comunicação científica por meio da disposição do papel da mulher pelo prisma organizacional de periódicos científicos. Compreendendo que a partir da comunicação veiculada através dos periódicos científicos dos domínios de conhecimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação cria-se condições para o desenvolvimento da ciência na área e contribui para validar os resultados dos trabalhos científicos. Nesse sentido, a organização dos periódicos tem nas editorias um papel importante, especialmente por fornecer em configuração, através de seu corpo editorial e seu espaço comunicacional, a possibilidade de visibilidade e disseminação para a comunidade científica. Para isso, analisou-se por intermédio de uma pesquisa sintética na BRAPCI a abrangência de estudos voltados para a questão de gênero e mulher na atualidade com a finalidade primeira de fazer um contraste com os dados que configuram a editoria das revistas científicas. A pesquisa foi pautada na proposta investigativa exploratória e descritiva onde percebeu-se que a questão de gênero pode influenciar na produção editorial da divulgação científica, gerando possibilidades para rever a representação da mulher que se encontra a serviço da ciência.

Palavras-chave: Periódico Científico. Biblioteconomia. Ciência da Informação. Divulgação Científica. Questão de Gênero.

THE ISSUE OF GENDER IN THE EDITING OF SCIENTIST JOURNALS: REPRESENTATION OF WOMEN

ABSTRACT

With the objective of investigating and presenting the representation of the female editor within scientific journals. This article proposes to briefly discuss the panorama of the gender issue in scientific communication through the disposition of the role of women through the organizational prism of scientific journals. Understanding that from the communication conveyed through scientific journals in the domains of Librarianship and Information Science, conditions are created for the development of science in the area and contributes to validating the results of scientific works. In this sense, the organization of journals has an important role in the editorials, especially for providing in configuration, through its editorial body and its communicational space, the possibility of visibility and dissemination to the scientific community. For this, it was analyzed through a synthetic research at BRAPCI the scope of studies focused on the issue of gender and women today with the primary purpose of making a contrast with the data that configure the editorship of scientific journals. The research was based on the exploratory and descriptive investigative proposal where it was noticed that the gender issue can influence the editorial production of scientific dissemination, generating possibilities to review the representation of women who are at the service of science.

Keywords: Scientific Journal. Librarianship. Information Science. Scientific divulgation. Gender Issue.

Recebido em: 14/09/2022

Aceito em: 18/10/2022

Publicado em: 22/12/2022

1 INTRODUÇÃO

Facilmente encontram-se indícios na história da comunicação científica, casos exitosos de intelectuais que por estarem ansiosos em divulgar resultados de pesquisas para a comunidade científica disseminaram o conhecimento aos seus pares através dos periódicos científicos. Inquestionavelmente essa iniciativa foi uma grande revolução para o século XIX no campo da editoria científica.

Com o decorrer do tempo ocorreram aperfeiçoamentos neste importante canal de comunicação de divulgação científica, ou seja, os periódicos científicos foram aprimorados a fim facilitar o acesso, inclusive as versões em formato digital com o intuito de democratizar, ainda mais o acesso à informação qualificada veiculada neste suporte informacional. Dentro desse processo a editoria de revistas, por sua vez, perpassou também por laboriosos caminhos para se concretizar em uma efetiva atividade motriz a serviço da disseminação do conhecimento e da informação.

Pode ser entendida essa atividade de editoria também como uma conquista de espaços, sobretudo para as mulheres. Isto porque o processo por trás da conquista que se dá, ainda, de forma desigual, especialmente quando se trata do sexo feminino, a questão do gênero como em qualquer ambiente forjado na sociedade patriarcal no âmbito científico, com frequência, há uma tendência para mensurar a intelectualidade da mulher e nesse espaço não seria diferente, é o que revela a história também da editoração.

Na configuração de mulher do século XIX, há um elemento incômodo na história, o silêncio prescrito pela ordem simbólica à figura das mulheres. Por meio da historiadora francesa Michelle Perrot, tem-se o conhecimento que esse silêncio velado vai muito além ao da fala. Dentro da história das mulheres, ao revisitar as relações entre os sexos, as diferenças se estendem a vários setores da vida social, sobretudo a determinados atores sociais. A mulher, ou seja, a “categoria indistinta” enfatizada pela autora, Perrot (2005), quando utilizada a um nível representacional, neste caso, propõe uma definição de incerteza que rebaixa a mulher a um lugar de inexistência, ou seja, cinzento, e porque não dizer, de apagamento do seu lugar de destaque na sociedade, uma imagem preconizada intencionalmente, principalmente, quando se reforça cognitivamente um preconceito sobre atributos e ainda sobre a função social da mulher.

A divisão da sociedade em classes sociais vista pelo prisma desse antagonismo

deixa em evidência também a divisão do trabalho, com consequência direta ao status de prestígio das ocupações. Sendo assim, a sociedade capitalista exigiu que certos trabalhos devessem ser femininos e outros não. Quantas aspirações femininas e vontades de realizar projetos profissionais foram arruinados, pois estariam fadadas ao fracasso pelo simples julgamento de que ocupações deveriam seguir as características de seu sexo biológico? São questionamentos que podemos trazer para a ciência, são as barreiras visíveis e invisíveis do progresso capitalista e patriarcal.

Cada mulher carrega individualidades e, conseqüentemente, as suas demandas específicas de luta que podem se complementar com as de outras mulheres para um bem maior e coletivo e é nisso que o feminismo não encontra a sua unificação para garantir os benefícios. Isso pode ser complementado com o entendimento sobre o termo “gênero”, que de acordo com a historiadora Joan Scott refere-se à organização social da relação entre os sexos, Scott (1989). Por essa ótica de entendimento, o campo que abrange os estudos de gênero é um exercício ainda complexo hoje em dia, isso porque pode envolver diversas e diferentes áreas do conhecimento da mesma forma assim como indivíduos. Pode abarcar diversos campos de pesquisa e por esse arranjo o gênero é mutável e em cada grupo (étnicos, religiosos, raciais, de classe), pode ter uma denotação.

A não representatividade, de maneira geral, da mulher nas diversas áreas científicas implica não apenas na atenuação do desenvolvimento intelectual e econômico de toda uma nação, mas compromete também de forma rigorosa o futuro de qualquer país. Com as pesquisas sobre mulheres ganhando mais notoriedade e variedade de abordagens na atualidade, pôde-se enfim ter condições de reavaliar o trabalho científico existente. Dessa forma, a presença da mulher, finalmente, pôde fazer a diferença reconhecida, mas ainda é preciso mais esforços para poder fazer a “voz” ser ouvida em mais espaços, ocupando e representando mais papéis.

Em se tratando da representação da mulher nos espaços de trabalho, dentro da estrutura organizacional de empresas pode ser encontrados os rótulos conferidos às mulheres ao longo da história, algumas interjeições e adjetivos inadequados, talvez porque algumas delas saíram da zona de conforto imposta por essa “prescrição do silêncio”, que supunha que elas mantivessem na ordem da vida social, tão somente. Principalmente, quando poucas ocupavam lugar de destaque em ambientes de trabalho ocupados a princípio pela figura masculina, se limitando por muitos anos aos cuidados

familiares. Assim, as adjetivações mais contemporâneas, como “agressivas”, por falarem o que pensam, “autoritárias”, por liderarem, “difíceis”, por se imporem, “sensíveis”, por serem afetuosas, “excêntricas”, por serem autênticas, entre outros, são, de certa maneira, pequenas demonstrações que essas transformações significativas, e ocupação de espaços de trabalho, estão acontecendo apesar dos retrocessos que ainda permeiam a sociedade na atualidade.

Ao considerar que o feminismo é um movimento diversificado e está em progressiva construção, um dicionário americano da editora *Merriam-Webster's* elegeu a palavra “feminismo” como a palavra do ano de 2017¹, esse foi o verbete mais procurado em suas bases de dados. No ano seguinte, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP através do Ministério da Educação, divulgou o Censo da Educação Superior² no qual demonstrou que as mulheres são maioria tanto no número de ingressos, de matrículas e de concluintes dos cursos de graduação no Brasil.

Curiosamente, na mesma época ocorreram manifestações de mulheres em várias partes do mundo, além de outros fatores que foram impulsionadores através da cultura pop, das mídias sociais e os debates em volta de situações que envolviam casos de machismos ou da representatividade no que se refere ao feminismo negro. Estes fatos colaboraram para a visibilidade da mulher em espaços sociais e de trabalho.

Diante disso, a iminência do feminismo³ em benefício da representatividade no que tange as editorias das revistas científicas ainda é uma temática incipiente e por essa mesma razão merece discussões mais problematizadoras. Com isso, o universo para a realização desta pesquisa foi averiguar a abrangência de estudos voltados para a questão de gênero e da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) na base de dados da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e concatenar com dados da atual configuração das editorias das revistas científicas da citada área, proveniente de resultados preliminares da pesquisa de mestrado em Ciência da Informação.

¹ Informação encontrada através do site: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2017/12/12/dicionario-americano-elege-feminismo-como-a-palavra-do-ano.htm>. Acesso em: 14 abr. 2022.

² Para mais informações acesse: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 24 maio 2022.

³ Entende-se por feminismo como um movimento em prol da igualdade entre os gêneros e contra a opressão da hierarquia sexista, constituindo-se como um movimento para toda sociedade, porquanto, busca estabelecer o senso de equidade de oportunidades sociais, políticas, profissionais para todos(as) com o objetivo de construir um mundo melhor, corrigindo as incoerências históricas que formaram gerações de opressores e oprimidas congênicas fazendo acreditar que o patriarcado era uma “ordem natural” de sobrevivência.

Entretanto, no âmbito da editoria de revistas, como se dá a representatividade feminina? Com a proposta de demonstrar a importância de mulheres na BCI que deixam a sua contribuição no âmbito de periódicos, os quais procuram divulgar resultados de estudos da área, além de notabilizar a dimensão representacional da mulher por uma visibilidade em espaços de poder⁴ científico (reafirmando a sua atuação que por vezes é invisibilizada) já sinalizando para uma crítica ao fato de haver uma necessidade de ter uma discussão mais problematizadora que possa no futuro resplandecer para uma significativa representatividade para a área que abarca a BCI. Antes, porém, há de se resgatar o panorama histórico e o evidente apagamento da figura da mulher nos espaços educacionais e da ciência.

2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Deve-se mencionar que a pesquisa intitulada Editoras-chefes de Revistas em Ciência da Informação no Brasil: representação e representatividade, que foi construída no mestrado no PPGCI/UFBA, a qual tinha como propósito compreender o protagonismo de mulheres na editoriais e como isso afeta os papéis sociais da mulher na ciência ofertou a base para analisar tanto a dimensão representacional da mulher na ciência, partindo da perspectiva de visibilidade em espaços de poder científico como para a questão de gênero que pode influenciar a produção científica na BCI. A metodologia partiu de um mapeamento dos periódicos, para listar os títulos e a sua estrutura organizacional. Foi empregada uma abordagem de análise (quali-quantitativa) dos papéis sociais da editoras-chefes mobilizada pela trajetória das mulheres na ciência até alcançar as editorias dos periódicos científicos da BCI, utilizou-se informações colhidas do Currículo Lattes de cada integrante que compõe as editorias dos periódicos. Para isso, o fenômeno de estudo escolhido foi entreposto pela representação social, a fim de se perceber a representatividade da mulher nesse campo científico especificamente. E essa foi a base que sustentou a motivação deste artigo ao acentuar a ênfase na busca temática na BRAPCI efetuado no período entre os dias 14 e 15 de abril 2022 e a partir dos periódicos

⁴ Essa concepção de poder compreendida para esse estudo é a partir de forças simbólicas apoiada pelo teórico Pierre Bourdieu (2003) a qual determina que as estruturas simbólicas regem indivíduos e instituições. Esses denominados sistemas simbólicos, desempenham um poder estruturante quando são estruturados. O poder simbólico nessa estruturação decorre da função que os sistemas simbólicos possuem de integração social para um determinado consenso, ou seja, para a dominação.

selecionados conhecer a composição estrutural de suas editorias.

Para o embasamento teórico deste artigo, a revisão de literatura foi efetuada pela análise de textos teóricos norteadores para a temática em torno da questão de gênero, representatividade da mulher na ciência.

3 A MULHER E A HISTÓRIA DA CIÊNCIA E AS TRANSFORMAÇÕES EM PROL DE UMA EQUIDADE DE GÊNERO: ANÁLISE DOS RESULTADOS

A dimensão representacional e histórica no campo social, em se tratando de identidade social, tem uma relação estreita nos acontecimentos vivenciados, seja de forma individual ou coletiva, como dito por Pollak (1992, p. 2): “[...] um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”. Assim, se projetam marcas danosas na luta das mulheres por um espaço de dignidade e respeito ao longo de séculos, seja por acontecimentos, personalidades ou lugares, seja por tensões ou conflitos de luta organizada por um grupo de atores sociais. Isso se dá na dimensão política e hegemônica, na dominação ideológica que apaga o lugar da mulher em seu caminho de construção identitária. Acompanhando a ideia de Michael Pollak, embora esse cenário venha se modificando nos últimos tempos, mesmo que de forma lenta, acredita-se talvez pelo amadurecimento de que a mudança não se constrói com conflitos intergrupais, mas sobretudo com o entendimento de elementos constitutivos comuns, mesmo que cada grupo possua características que os definam como alguém, a exemplo de movimentos como Falas Negras⁵ e LGBTQIA+⁶, que buscam maior representatividade e mais igualdade.

Um pressuposto básico para que tais mudanças ocorram diz respeito ao fomento ao

⁵ Falas Negras é como denominamos todas as exposições que se desdobram para chamar atenção para a pauta maior que integra o Movimento Negro. Assim, a luta por uma igualdade racial, contra o racismo e a reivindicação por direitos para a população negra são aspectos recorrentes e necessários para serem evidenciados e discutidos nas diversas e variadas possibilidades de fala possíveis.

⁶ A sigla corresponde à Lésbicas Gays Bissexuais Queer Intersexuais Assexuais e +. Essa é a abreviação mais atual para um movimento que engloba: mulheres que se identificam como cis (as que se reconhecem com o sexo designado ao nascer) e têm afinidade por outras mulheres; homens que se identificam como cis e têm afinidade por outros homens; homens e mulheres que se entendem como bissexuais e têm afinidade pelos dois gêneros; transsexuais, travestis e transgêneros que não se identificam com os gêneros impostos pela sociedade, não necessariamente sendo os atribuídos pelo nascimento, ou seja, vinculados ao biológico; intersexuais, que não se definem de maneira distinta (nem por masculino, nem por feminino); assexuais (não sentem atração sexual por nenhuma pessoa) e o símbolo + (mais), que abarca todas as outras especificidades. Essa nomenclatura no geral atende tanto a identidade de gênero (gênero pelo qual a pessoa se identifica) como a orientação afetiva-sexual (lembrando que não é opção, e sim a atração que se sente por outras pessoas).

conhecimento, à educação e à história da mulher na ciência, o que ainda assim nos prova que pode demorar muito tempo para que o acesso das mulheres ao conhecimento através da educação para construir uma história das mulheres na ciência se firme como uma realidade. Diante disso, no intuito de subverter a noção de que as mulheres simplesmente não podem fazer ciência bem como de criar modelos de papéis para mais mulheres jovens ingressarem no campo científico, Londa Schiebinger (2001), uma norte-americana teórica especialista em história do gênero na ciência, construiu a sua bibliografia sobre a temática.

Ao compactuar dessas mesmas motivações, pode-se abrir um espaço para reflexão: quantas mulheres cientistas você conheceu em sua trajetória de estudo, antes de ingressar no Ensino Superior? Até quando, enquanto praticantes da cidadania, fomentamos indiretamente a formação de “Einsteins femininos” para incentivar garotas a se interessarem por ciência? Até pouco tempo atrás, estereótipos masculinos tendiam a mensurar a intelectualidade feminina. Essas ações e comportamentos, infelizmente, contribuíram e contribuem para a perpetuação da discriminação de gênero. A mesma autora reforça a importância de haver uma representação igualitária em todas as ciências para que mulheres possam ter as mesmas liberdades que os homens sempre tiveram no curso da humanidade. No entanto, o movimento de “trazer mulheres” para a ciência reivindica mudanças estruturais na cultura até hoje vigente, uma vez que como apresentado pela autora Schiebinger, (2001, p. 37) “[...] a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres [...]”.

Assim também ocorre na vida acadêmica, a exemplo de profissões ditas para “homens”, o que acarreta um possível descompasso na produção da mulher enquanto cientista no âmbito das disciplinas ditas “formais”, das áreas das exatas, como a Física e a Matemática, sendo menos visível na área das Ciências Humanas e das Ciências Sociais aplicadas. Apesar disso, observa-se atualmente, no Brasil, o protagonismo feminino, principalmente no que diz respeito aos bolsistas no âmbito das agências de fomento, uma vez que 53% das bolsas de mestrado e doutorado são de mulheres e 72% da produção bibliográfica brasileira é de autoria feminina. Tal informação pode ser encontrada no site⁷ do Governo Federal, em matéria publicada em 2020, quando se

⁷ Para mais informações: MULHERES na Educação. No Brasil, 53% das bolsas de mestrado e doutorado são preenchidas por mulheres. Governo do Brasil, Brasília, DF, 11 mar. 2020. Disponível em:

pesquisa pela temática “mulheres na Educação”.

A intelectual Silvia Federeci (2017), ao recontar a história por trás do Capitalismo na sua obra *Calibã e a Bruxa* faz ver que dentro das relações capitalistas as “mulheres” eram tratadas como seres socialmente inferiores e exploradas de modo similar às formas que ocorriam no período da escravidão. Entretanto, como afirma a mesma autora, através da visão mecanista da natureza em virtude dos primórdios da ciência moderna que “desencantou o mundo”, nada ofereceu ou foi declarado em defesa de quem fosse incriminada como as temidas “bruxas”.

Entretanto, é bom recordar que o que se encontra registrado pela pesquisadora Shiebinger, (2001, p. 61) “as universidades não foram boas instituições para mulheres. Desde sua fundação no século XII até o final do século XIX e, em alguns casos, até o início do século XX, as mulheres eram excluídas do estudo. [...]”. O acesso restrito à educação especializada e às instituições de pesquisa no desenvolvimento das sociedades fez com que esses lugares fossem marcados pelo poder, dessa vez, um poder estratificado tanto socialmente quanto pela questão de gênero, nesse sentido, registros como a da tentativa de apagamento da mulher ao longo da história da ciência:

Os historiadores têm, tradicionalmente, focado o declínio das universidades e a fundação de academias científicas como um passo decisivo na emergência da ciência moderna. Exceto por umas poucas academias italianas (o Istituto delle Scienze em Bolonha, por exemplo, e a Accademia de' Ricovrati), as novas sociedades científicas, como as universidades, eram fechadas para as mulheres. [...] Desde sua fundação, até 1945, a única mulher membro permanente da Royal Society foi um esqueleto em sua coleção anatômica [...] A Académie Royale des Sciences em Paris, fundada em 1666, recusou-se a admitir a premiada matemática Sophie Germain (1776-1831); mesmo a ilustre física do século XX, Marie Curie, foi vetada [...]. (SCHIEBINGER, 2001, p. 63).

Na Europa era comum mulheres abastadas trocarem prestígio social por acesso às chamadas “curiosidades científicas”, como uma espécie de entretenimento sofisticado. As mulheres, nesse período, eram impedidas de ocupar espaços de cultura científica, exceto quando mediadas por homens, conforme afirma Londa Shiebinger (2001).

Já o poder institucional do conhecimento começava a imperar, com maior vigor. Peter Burke (2003) conceitua que o vínculo a instituições como as universidades, desse modo, o contexto institucional do conhecimento faz parte da história do conhecimento

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/03/no-brasil-53-das-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-sao-preenchidas-por-mulheres>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Burke (2003, [p.34]): “[...] as instituições desenvolvem impulsos sociais próprios, além de estarem sujeitas a pressões externas. A tendência a inovar e seu contrário, a tendência a resistir à inovação, têm particular importância para este estudo da história social do conhecimento.”

Esse vínculo institucional que recobre o conhecimento é de extrema importância para entender principalmente a relação que configura o poder, visto que a universidade, como um lugar privilegiado nesse campo, em diversas circunstâncias, não leva em consideração as particularidades das vivências que constituem a formação do saber dos seres humanos que procuram níveis de intelectualidade. Peter Burke (2003) avalia que pode ser até fácil para o indivíduo que se encontra à margem dessa questão produzir ideias brilhantes, no entanto, para colocar essas ideias em prática é necessário primeiro angariar forças e fundar instituições para que, talvez, as informações possam ser validadas, um movimento de extrema complexidade, difícil de ser concebido. Assim, para o ramo científico, as inovações dentro dessas instituições em algum momento se cristalizam e se tornam obstáculos para as possíveis inovações adicionais. Desse modo Burke (2003, [p.48]), “[...] tornam-se lugares de interesses próprios, povoados por grupos que investiram no sistema e temem perder seu capital intelectual [...]”.

De fato, o terreno que atravessa as relações de poder se faz presente nas interações dos humanos em sociedades que priorizam o capital, e com o âmbito acadêmico não é diferente. Marcadores sociais e de gênero estão visíveis para tipificar elementos que distinguem posições e experiências dos diversos tipos de sujeitos. Isso, no entanto, possibilita a abertura de espaços que podem oportunizar as dissimulações e a alienação para a manutenção das forças de quem está à frente nos holofotes do comando e eles trabalham para manter o silêncio das “massas críticas”.

Num encadeamento didático dos conceitos de informação – conhecimento – saber, a informação estaria situada num primeiro grau do processo de apropriação, expressão e sistematização desse mesmo processo, o de produção de sentidos sobre as coisas e o mundo. O saber situa-se numa terceira zona que reúne os cabedais sociais, técnicos e cognitivos de instituições, pessoas e grupos, em grau de internalização e externalização que alia os conhecimentos às práticas e às experiências, formando acervos, registros e documentos individuais e coletivos – a sabedoria. (MARTELETO, 2007, p. 10).

Os papéis nas configurações das redes sociais, discutidos por Regina Maria Marteleto (2007), expõem que tais conceitos basilares para a formação intelectual podem

ser concatenados a fim de promover um alinhamento do conhecimento com as possíveis práticas e possíveis experiências dos sujeitos coletivos, estes que venham a ocupar determinados espaços e representar grupos pré-definidos pela ordem do poder. E como agentes participantes do mundo o enfoque sociológico molda-se para uma construção social da realidade Perter Berger e Thomas Luckmann (2014). Assim, Carlos Alberto Ávila de Araújo complementa ao qualificar, Araújo (2016, p. 11): “[...] os papéis posicionam as pessoas na sociedade e também definem seu lugar na distribuição social do conhecimento (a definição do que é relevante para uma pessoa, e que pode não ser para outra) [...]”.

Na perspectiva de a pesquisa compreender a necessidade de mudanças é intensificar os esforços de inclusão, assim como reconhecer os benefícios oriundos dos feminismos que abarcaram (e ainda abarcam) as pluralidades do ser mulher na atual conjuntura de mundo, não deixando de considerar a compreensão crítica de gênero e o seu funcionamento na ciência como também na sociedade atual sem deixar de fazer um paralelo com o passado. Desse modo discorrer sobre a transformações que proporcionaram, mesmo que de forma lenta o respeito as questões de gênero são fundamentais.

A mudança viria apenas no século XIX. Nesse período, surgia o que seria o início de uma profissionalização da área científica. Diante disso, as instituições científicas estavam conjecturadas em um homem cientista, o qual, para executar exclusivamente os grandes avanços científicos que a sociedade ansiava, necessitava ter uma esposa para cuidar dele, da casa e, porventura, dos seus descendentes. Esse cenário patriarcalmente definido também viabilizou uma forma de organizar o trabalho profissional, sem mencionar que esse sistema foi erguido por trabalhos não reconhecidos de suas companheiras, que auxiliaram sem hesitar o progresso nas carreiras de seus companheiros Londa Schiebinger (2001). A sociedade que estava surgindo já apresentava a base institucional para novas formas modernas para a subordinação das mulheres Nancy Fraser (2020).

A engrenagem de funcionamento da vida privada desses cientistas encontrou ressonância com a governabilidade e a racionalização da sociedade daquele contexto histórico específico. O pouco reconhecimento de cientistas mulheres se deve muito em razão de como as esferas públicas e privadas se comportaram de maneira diferente quanto ao gênero Perrot, (2005, p. 459) aponta: “[...] aos homens, o público, cujo centro é

a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa. Sobre esse ponto, pouca diferença entre os revolucionários e seus sucessores [...].”

Essa constatação trazida por Michelle Perrot (2005) se conecta ao que a filósofa estadunidense Nancy Fraser (2020) conceitua como “crise do cuidado”, uma crise com precedente de alta proporção na reprodução social, o que implica dizer que abrange de forma sistemática vertentes que englobam a economia, a ecologia, a política, entre outras áreas, que acabam, por fim, se entrecruzando na ordem social da sociedade capitalista. Em sua interpretação, a autora credita ao capitalismo como o principal agente desse processo concordando com Sílvia Federeci (2017). Derivado desse entendimento advêm as pressões para se manterem as capacidades sociais de uma representação negligenciada do trabalho das mulheres, que é composto tanto por esforços afetivos (o familiar) quanto por esforços materiais (o profissional) que não têm a devida remuneração, embora tenham um valor indispensável para o desenvolvimento da economia capitalista. Assim, separa-se a reprodução social da produção econômica pelo viés do gênero.

Em nível abstrato e concreto, a relação entre os sexos, no que se refere à família e ao trabalho, com muita abrangência foi/é marcada por desigualdades. Londa Schiebinger (2001) cita que persevera a Teoria da Complementaridade Sexual, uma teoria que diz que a mulher, mesmo sendo diferente do homem, completa-o, uma ideia muito conveniente ao pensamento democrático liberal, a qual esteve incrementada até para a divisão do trabalho daquele momento histórico. Assim, as diferenças eram naturalizadas como algo comum e esse pensamento funciona bem até mesmo para a atualidade, podendo ser observado em alguns nichos de atuação na representação social.

Ao investigar as editorias de mulheres dentro das revistas científicas. No que diz respeito à representatividade nos domínios que comporta a BCI é notório que há uma crescente na produção editorial nessa linha de trabalho, mas incipiente e muito recente. O fato de ter ganhado destaque acompanha na mesma proporção as variedades dos tipos de abordagens. Por essa ótica, numa pesquisa sintética, feita entre os dias 14 e 15 de abril de 2022, nas publicações advindas da BRAPCI em uma delimitação de busca compreendendo o período 1972-2022, ao fixar-se sobre o que foi produzido acerca do tema “gênero” recuperou-se 547 resultados, entretanto, nessa situação não houve nos documentos tratamento quanto à amplitude que pode abranger o termo.

Sendo assim, ao pesquisar o termo “estudos de gênero” teve-se 189 respostas, já ao usar “mulher” foram 170. E quando procura-se cruzar esses termos em uma pesquisa avançada, operando marcadores booleanos como “AND” ou “*” apura-se outras observações. Ao combinar “representatividade AND mulher” tem-se 4 resultados, já na ocasião de se colocar “estudos de gênero AND mulher” retornaram 28 e somente quando se coloca “mulher* AND ciência da informação” obtém-se o melhor desempenho nos resultados na marca dos 104 documentos recuperados. Uma característica que chama atenção é que todas essas publicações são recentes começando a surgir com mais frequência entre os anos de 2017-2018.

Com essa tendência nos resultados, pode-se constatar que o protagonismo da mulher na BCI, apesar de ser um acontecimento ainda recente, já estava presente em muitas de suas áreas correlacionadas, a exemplo da Biblioteconomia, que entre os atributos estão os de: organizar, recuperar e difundir os registros do conhecimento em sentido amplo. Em outros termos, a presença feminina se faz preponderante na prática dessas ações. Nas evidências registradas por Alice Rangel de Paiva Abreu e colaboradores, Abreu et al. (2016) pode-se encontrar evidências dos atributos citados, especialmente ao tratar da estrutura ocupacional cuja maioria é constituída por mulheres com atividades econômicas relativa à reprodução social, atenção e cuidados em comparação aos da criação e inovação, estão em setores relacionados com setores como educação, saúde e serviços de modo geral. As pesquisadoras responsáveis por esse estudo propõem uma discussão mais aprofundada sobre informação e gênero na ciência e destacam que há muito o que analisar e explorar, em especial, no que se refere à promoção da equidade de gênero da sociedade do conhecimento.

Os resultados obtidos na pesquisa realizada na BRAPCI não deram conta de aferir a disparidade de gênero no que tange a autoria dos artigos produzidos nos periódicos, tampouco a distribuição das editorias dos periódicos científicos da BCI quanto ao protagonismo, portanto, não foi uma condição que influenciou nos resultados da busca temática da pesquisa.

Em face ao exposto, percebe-se que o fio condutor desta pesquisa, em especial, é o envolvimento da questão de gênero na CI, que está longe de uma equidade. A crítica ocorre em relação ao fato de haver uma necessidade de ter uma discussão mais problematizada que possa resplandecer a sua significativa representatividade para que

possa refletir de forma mais acertada em seus/suas presumíveis atores/atrizes na área.

Por essa linha de pensamento, o sentido de poder é potencializado na medida em que há a expansão do caráter transformador a partir da posição que a (o) protagonista ocupa no corpo social. Logo, se historicamente as mulheres na CI são protagonistas na construção da área, por outro lado, a invisibilidade e outros preconceitos impedem maiores reconhecimentos na esfera sociocultural.

O investimento alto na educação e na qualificação da mulher desperta uma contradição ao observar a baixa participação das mulheres nas esferas mais elevadas do poder. Para Abreu et al. (2016) isto pode ser explicado pelo mercado de trabalho (público e privado) ser ainda pouco sensíveis às particularidades do curso da vida da mulher, nessa compreensão afirma que mulheres requerem mais tempo para percorrer o mesmo caminho que homens Abreu et al. (2016, p. 154): “[...] nas carreiras femininas muitas vezes a ascensão profissional não linear. Mesmo que já não corresponda à realidade, as representações sociais rezam que as mães investem mais tempo nos filhos, enquanto pais, no trabalho remunerado para o sustento familiar [...]”.

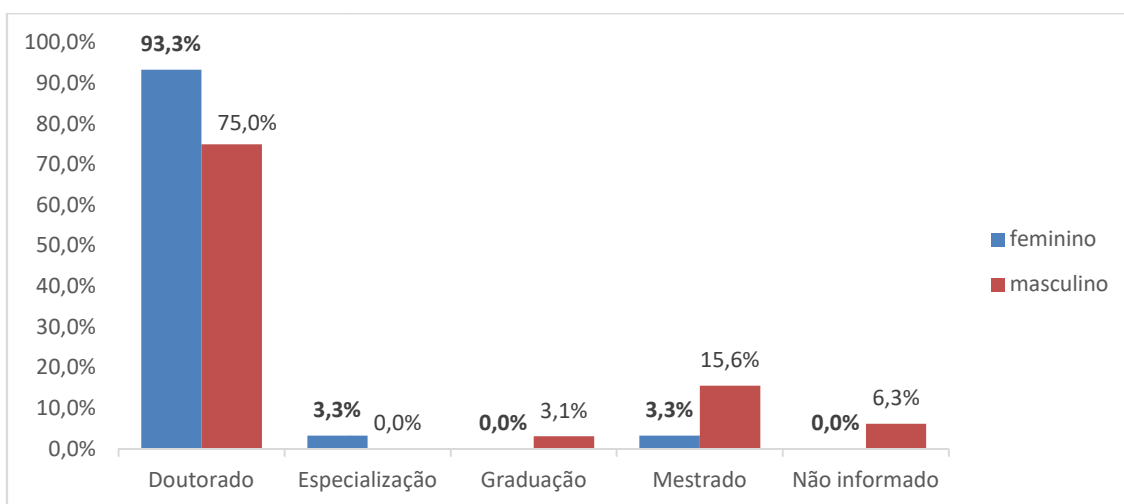
Partindo do princípio de que a representatividade é importante e o conhecimento também. À medida que se conhece as mulheres que despontaram na área científica e tecnológica temos a possibilidade de poder inspirar muitas outras meninas no presente para mobilizar as gerações futuras. Isto posto é urgente pensarmos sobre a desconstrução de estereótipos que marcam a trajetória de certas áreas do conhecimento que foram/são controladas pelo predomínio de um único gênero. Com esse intuito, a fim de melhor ilustrar a discussão, recorreremos aos dados oriundos da pesquisa do mestrado desenvolvida pelas autoras. A estrutura metodológica seguiu os seguintes desdobramentos:

- 1- Foi delimitado o universo da pesquisa, que foram as equipes editoriais dos periódicos científicos da BCI, acompanhados no período de março a junho de 2021;
- 2- As informações foram coletadas e organizadas nas seguintes categorias: formação acadêmica, nível de escolaridade, região e produção científica em periódicos;
- 3- O mapeamento das editorias científicas dos periódicos foi realizado juntamente com análise do Lattes. Isso abrangeu as subseqüentes extensões: as instituições, publicações, área de atuação;

4- A organização das informações se deu através de uma planilha dinâmica no aplicativo Excel. Na planilha⁸, as informações foram ordenadas por data, categorizações e link (de cada periódico), entretanto, aqui foram transformadas para simplificar a exemplificação.

Diante do exposto, ao fazer essa investigação científica um dos resultados obtidos primeiramente foi a identificação do grau de escolaridade (Gráfico 1) das pessoas que são responsáveis pelas editorias dos periódicos da BCI no território nacional.

GRÁFICO 1 – A escolaridade das editorias científicas dos periódicos em BCI



FONTE: Elaborado pelos autores (2022)

Por esse lado, a presença feminina tanto na graduação quanto na pós-graduação isto sem mencionar o trabalho invisível que muitas mulheres desenvolvem, acaba por fim colaborando para a formação de agentes ativos para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. A predominância da qualificação em nível de doutorado das editoras-chefes é visível e isto reflete na política editorial adotada no periódico científico. Um fato curioso é que nos periódicos ligados aos programas de pós-graduação, a editoria divide espaço com a docência além da pesquisa. Com isso, resgatamos a seguinte informação:

Os dados do Censo revelaram aspectos importantes do perfil das professoras universitárias. Em 2018, 34,07% das professoras estava entre 30 e 40 anos de idade, enquanto 20,7% estavam na faixa de 50-60 anos o que mostra um gradual avanço na comparação entre gerações. Tal avanço,

⁸ Ver planilha com dados abertos da pesquisa através do link: https://onedrive.live.com/edit.aspx?resid=49C3AB78C25EE3DF15490&ithint=file%2cxlsx&authkey=!Aj_w9l0s-uJCi-k. Última atualização no dia 27 jul. 2022.

entretanto, ainda conserva significativas desigualdades em termos étnicos e regionais. (DESIGUALDADES..., 2021, [p. 3]).

Assim, compreende-se que o reconhecimento funciona também como um indicador de prestígio e poder dentro da comunidade científica e acadêmica. Na caracterização do indivíduo mulher, as expressões de feminização contribuíram em diferentes ambientes de trabalho para construir estereótipos para marcar diferenças entre homens e mulheres dentro das carreiras e comunidades científicas. Indiretamente, tais estratégias contribuíram para criar mecanismos de segregação, as conhecidas barreiras estruturais que repercutem em suas participações em atividades laborais. Confirmando o que já afirmava Gilda Olinto (2012), a presença de mulheres nas academias, o acesso e a incorporação nas diversas áreas do conhecimento, mesmo que facilitados com o decorrer do tempo, fato que deixou evidente a identificação das diferenças que carregam as preferências profissionais. E com a CI não poderia ser diferente.

Assim, tendo como exemplo o caso do contexto histórico que constitui o curso de Biblioteconomia, percebe-se que há uma forte feminização, ligada à sua desvalorização profissional, com os atributos biblioteconômicos com a mesma dedicação daquela imagem que fizeram da mulher uma exímia dona de casa (ENGUITA, 1991 apud SOUSA, 2014), embora antes da implementação como curso, os ditos “tesouros” das bibliotecas eram guardados por homens denominados “conhedores de livros”. Antes da mudança no século XIX, houve a iniciativa do professor Melvil Dewey, em 1887. Ao inserir mulheres no curso da *School of Library Service*, da Columbia University, episódio que culminou depois com a sua demissão, possibilitou que uma profissão essencialmente masculina se tornasse predominantemente feminina, constituindo-se, no princípio, como uma profissão para “moças de boa família” e “mulheres aguardarem maridos”, rótulos que suscitaram posteriormente sentidos pejorativos e estereótipos que comprometeram a imagem do curso até a pouco tempo como dito por Beatriz Alves de Sousa (2014).

Nesse aspecto o lastro desse percurso histórico encontra reflexo também na comunicação científica. A figura da mulher no que tange a produção editorial dos periódicos científicos da área nessa nova dinâmica de trabalho contemporânea, sobressai também no que poderia colaborar para uma maior qualidade e diversidade de possibilidades de conteúdos impactando positivamente a informação que será apresentada ao público. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que ainda não há

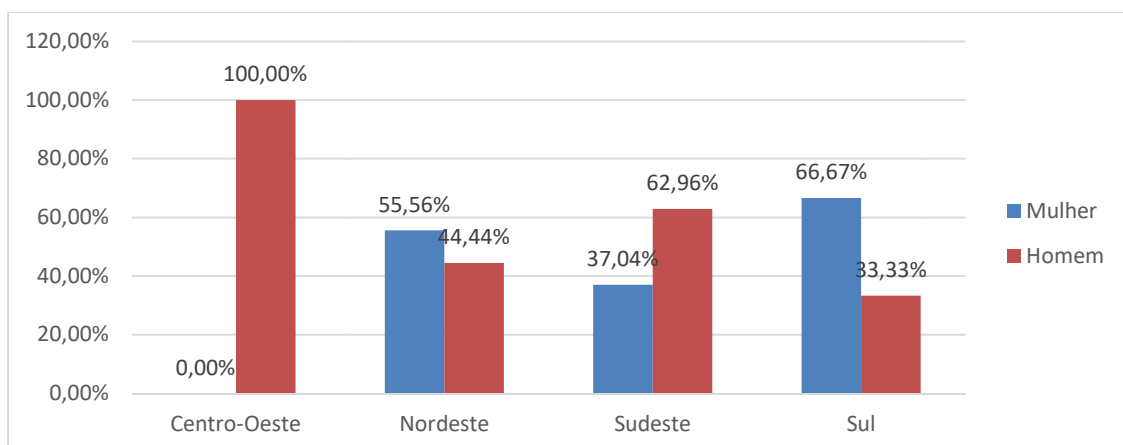
uma formação formalizada para a carreira na editoração científica. Assim:

[...] Pode-se mesmo afirmar que são praticamente inexistentes as oportunidades e espaços de formação de editores, tanto no âmbito de graduação como de pós-graduação. Mesmo os cursos universitários de Editoração na área de Comunicação Social, que oferecem um leque de conhecimentos básicos para o exercício profissional no mercado editorial, estão mais voltados às atividades de editoras comerciais. Não há uma formação específica profissional para o editor de revistas científicas, função normalmente ocupada por pesquisadores da área sem a necessária formação técnica para promover ou coordenar processos editoriais como um todo. (GOMES, 2010, p.157).

Em suma, a configuração que caracteriza o perfil das áreas do conhecimento a acompanha em suas estruturas para formular as suas próprias políticas de editoração. “Os pesquisadores da área” encarregados de ser os editores ou as editoras terão a responsabilidade pela editoria. E por esse raciocínio então a editoria é capaz de personalizar “a sua imagem” o que vai ser publicado. Além disso, a política que gerencia o editorial de uma revista científica repercutirá com o ideário da sua missão institucional.

Desta forma, a informação científica ao ser tratada para que possa ser publicada segue determinados procedimentos expressos pela editoração que no interior da política editorial é o conjunto de diretrizes que organizam as atividades que estão envolvidas na disseminação da informação científica e isto pode extrapolar as atividades do editor (a), e como afirmado por Valdir Pereira Gomes, nesse sentido coaduna-se com o exposto por Gomes (2010, p. 133): “[...] mesmo que seja o ator principal deste processo. Envolve as estratégias voltadas a responder questões básicas relacionadas ao que publicar, como publicar, em que canal publicar, para quem publicar, entre outros”.

GRÁFICO 2 – percentual de membros na editoria por gênero nas editorias científicas por região



FONTE: Elaborado pelos autores (2022)

Nesse sentido, na sequência dessa discussão, ou seja, a qualificação profissional que as mulheres procuram quando optam pela carreira acadêmica, sobretudo na docência vem acompanhada com o rejuvenescimento geracional e é atravessada por muitos recortes, inclusive o regional. E com os avanços aumentam também as desigualdades que por sua vez afeta as ausências na representatividade principalmente regional, haja vista, que no mesmo estudo realizado durante o mestrado percebeu-se que não existe representatividade de gênero na região Norte e não há atuação de editorias entre mulheres no Centro-Oeste. Merecem destaque, em primeiro lugar é a superioridade de mulheres na região Sul com 66,67% e na região Nordeste com 55,56%. Outro ponto a considerar é o percentual majoritário dos editores no Sudeste.

A disparidade de gênero é também uma das consequências que as mulheres cientistas sentem na progressão das suas carreiras. Antes de ocorrer a pandemia de Covid-19, por meio de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que considerava apenas os trabalhadores com carteira assinada. Tal fato apontou também que a docência era a carreira que mais contratavam mulheres, porém, isto evidencia um outro contraste: “[...] enquanto as mulheres são maioria dos professores na educação básica e nos níveis fundamental e médio, o Censo da Educação Superior de 2018 indicou que somente 46% dos professores universitários são mulheres” (DESIGUALDADES..., 2021, [p. 3]).

Portanto, nesse sentido ao apresentar a temática que recobre a representatividade da editoria feminina, no campo da BCI tem-se por justificativa evidenciar a importância da mulher neste e em todos os domínios da ciência. Ainda se amparando nos resultados obtidos da pesquisa desenvolvida no mestrado, após um mapeamento dos periódicos científicos em BCI no Brasil (Quadro 1), foi possível ter noção quanto a estrutura organizacional das equipes editoriais.

QUADRO 1 – As editorias científicas dos periódicos em BCI

	PERIÓDICOS	EDITORIAS
1	ATOZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento (UFPR) - B2	Maria do Carmo Duarte Freitas, editora-chefe ; Helza Ricarte Lanz, editora associada ; Paula Carina de Araújo, editora associada
2	Biblionline (UFPB) - B5	Marynice Mcateedeiros Matos Autran; Henry Poncio Cruz de Oliveira_ editores
3	Biblioteca Escolar em Revista (USP/Ribeirão Preto) - B3	Cláudio Marcondes de Castro Filho, editor ; Deise Maria Antonio Sabbag, editora
4	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) (FURG) - B3	Angélica C. D. Miranda, presidente do corpo editorial
5	Brazilian Journal of Information Science: research trends - BRAJIS (UNESP) - B1	Helen de Castro Silva Casarin, editora ; José Augusto Chaves Guimaraes, editor científico ; Edberto Ferneda, editor associado

	PERIÓDICOS	EDITORIAS
6	Ciência da Informação (IBICT) - B1	Cecilia Leite Oliveira, editora científica ; Ramón Martins Sodoma da Fonseca, editor executivo ; Gislaíne Russo de Moraes Brito, editora assistente ; Alexandre Ribeiro da Silva, editor assistente
7	Em Questão (UFRGS) - A2	Samile Andréa de Souza Vanz, editora
8	Encontros Bibli (UFSC) - A2	Enrique Muriel-Torrado; Edgar Bisset Alvarez; Camila Barros, editores
9	Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação (UFCA) - B5	Maria Cleide Rodrigues Bernardino, editora
10	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação (USP/Ribeirão Preto) - B1	Márcia Regina Silva, editora
11	Inclusão Social (IBICT) - B4 (2005)	José Rincon Ferreira, editor científico ; Ramón Martins Sodoma da Fonseca, editor executivo ; Gislaíne Russo de Moraes Brito, editora assistente
12	Informação & Informação (UEL) - A2 (1996)	Brigida Maria Nogueira Cervantes, editora ; Rogerio Paulo Müller Fernandes, editor adjunto ; Rogerio Paulo Müller Fernandes, editor de provas
13	Informação & Sociedade: Estudos (UFPB)	Gustavo Henrique de Araújo Freire; Isa Maria Freire, editores
14	Informação em Pauta (IP) (UFC) B5 ?	Luiz Tadeu Feitosa, editor-chefe ; Francisco Edvander Pires Santos, editor adjunto
15	Informação@Profissões (UEL) - B5	Brigida Maria Nogueira Cervantes, editora ; Paula Regina Ventura Amorim Gonçalves, editora adjunta
16	Intexto (UFRGS) - B1	Alexandre Rocha da Silva; Basílio Alberto Sartor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; Suely Fragoço, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, Comissão Editorial
17	Liinc em Revista (parceria IBICT e UFRJ) B1	Gustavo Saldanha, editor ; Marco Schneider, editor
18	LOGEION: Filosofia da Informação (IBICT) - B5	Clóvis Ricardo Montenegro de Lima, editor ; Claudia Bucceroni Guerra, editora adjunta
19	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação (UFMG) B5	Terezinha de Fátima Carvalho de Souza, Editora Responsável ; Hugo Oliveira Pinto e Silva - UFMG; Clovelino Maia de Menezes - UFMG, demais editores (com Instituição)
20	Perspectivas em Ciência da Informação (UFMG) - A1	Terezinha de Fátima Carvalho de Souza, [editora e editora adjunta]
21	Perspectivas em Gestão & Conhecimento (UFPB)-B1	Jorge de Oliveira Gomes; Luciana Ferreira da Costa, editores
22	PONTODEACESSO (UFBA) - B1	Maria Isabel Sousa barreiras, editora ; Sérgio Franklin Ribeiro da Silva, editor
23	RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (UNICAMP) B1	Gildenir Carolino Santos, Universidade Estadual de Campinas, Brasil; Danielle Thiago Ferreira, Editores Científicos ; Susana Oliveira Dias, Editora Adjunta ; Andréa da Silva Rosa, Editora de Acessibilidade
24	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina (Associação Catarinense de Bibliotecários) - B2	Evandro Jair Duarte, editor-chefe
25	Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn) (UEPB)- B5	Manuela Eugênio Maia, editora coordenadora/responsável técnica ; Danilo de Sousa Ferreira, editor
26	Revista Brasileira de Biblioteconomia Documentação – RBBDD (FEBAB) - B1	Jorge Moisés Kroll do Prado, editor-chefe ;
27	Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN) (ABECIN) - B5	Martha Suzana Cabral Nunes, editora ; Zaira Regina Zafalon, editora ; Márcia Ivo Braz, editora
28	Revista Comunicação & Informação (UFG) - B2	Douglas Cordeiro, editor
29	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI) (UnB) - B1	Murilo Bastos da Cunha, editor-chefe
30	Revista PerCursos (UDESC) - B5	Renata Rogowski Pozzo, editora chefe
31	Revista IRIS - Informação, Memória e Tecnologia (UFPE) - B3	Murilo Artur Araújo da Silveira, editor ; Nancy Sánchez Tarragó, editora
32	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação (ANCIB) - B1	Henry Poncio Cruz de Oliveira - editor ; Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, editor ; Rodrigo Rabello da Silva - editor ; Milton Shintaku, editor adjunto
33	Transinformação (PUCAMP) - A1	Rogério Eduardo Rodrigues Bazi, editor-chefe

FONTE: Elaborado pelos autores (2022)

Ao todo, as estruturas organizacionais das equipes editoriais analisadas pela delimitação do quadro acima, conta com 1139 membros, 33 periódicos da área da BCI, das quais 62 pessoas constituem as editorias científicas independente do sexo. Entretanto, as mulheres são a maioria entre os membros com 58,56%, porém, quando se trata de editorias de fato, são 48,39% constituídas por mulheres, enquanto os homens detêm 51,61%, eles possuem uma pequena vantagem estatística. Em síntese, constata-se um cenário bem equilibrado quanto à disparidade de gênero, todavia, não sabemos até que ponto isso pode ser refletir nas temáticas das publicações da produção editorial do país. É necessário mais estudo para compreender a complexidade que compreende essa questão.

Por haver ausência de formação específica para o trabalho com a editoria científica, o teórico Gomes (2010) ressalta que a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) oferece cursos rápidos⁹. Esse mesmo autor, destaca que para desempenhar as atividades voltadas para a editoria, em revistas científicas, pressupõe-se que a pessoa que assumir essa função tenha: nível superior, com pós-graduação (preferencialmente), uma sólida formação cultural, um domínio de outros idiomas, conhecimentos prévios sobre o mercado editorial, uma capacitação técnica para manusear as ferramentas de gerenciamento de publicações como é o caso do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e do Submission (SciELO). Além disso, espera-se que o (a) responsável pela editoração tenha uma dedicação e interesse para adentrar em um campo profissional que se mostra por vezes pouco valorizado ou com reconhecimento restrito à sua área de atuação.

Apesar da cultura institucional da ABEC preconizar um comprometimento tanto para com as revistas científicas nacionais como para seus (as) editores (as), o fato incita que as mudanças tendem a tornar-se indispensáveis, uma vez que são impulsionadas para se adequar ao momento histórico, em suas diretrizes: fortalecer, consolidar e atualizar a produção editorial são fundamentos essenciais.

[...] Políticas editoriais não são eternas e requerem mudanças constantes conforme mudam-se os cenários da área de atuação da revista. Muitas vezes isto passa por fazerem o uso de casos de sucesso implementados em outros periódicos, visto que a ciência é única no mundo, mesmo com as diferenças disciplinares. (HINTAKU; FERREIRA JÚNIOR, 2020, p.133).

⁹ Mesmo durante o período pandêmico de forma online aconteceram os treinamentos e as capacitações. Para acompanhar mais informações sobre o tema acesse: <https://www.abecbrasil.org.br/novo/>.

A particularidade que remonta a política editorial dos periódicos pode ser relacionada ao comprometimento institucional com a qual mantém e nutre o vínculo de responsabilidade pelo processo de editoração. Assim, ao identificar a participação das mulheres e de homens nessas estruturas acaba-se por reconhecer as funções de relevância e poder a frente das editorias e até mesmo as suas contribuições para área da BCI.

É importante evidenciar a importância de se manter o compromisso em representar as conjunturas políticas e culturais para fazer as devidas transformações sociais e evidenciar a representatividade feminina neste contexto, se torna uma forma de contribuir para as questões de gênero, como pesquisa na Ciência da Informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da discussão nota-se que a questão de gênero é uma fonte de pesquisa e pode ser uma vertente importante para alavancar o debate no âmbito científico no que se refere à construção do conhecimento e à atuação da mulher em espaços de divulgação científica no âmbito da BCI e da Ciência da Informação de forma geral, ou seja em espaços de transformação que impulsionam o desenvolvimento social, científico e tecnológico. O progresso nesses espaços na contemporaneidade necessita de posturas pautadas na equidade entre os gêneros.

As editorias femininas oportunizam o debate sobre a mudança na ocupação dos espaços de poder masculino, evidencia-se nessa ocupação que a presença de mulheres é uma mudança pertinente em momentos de onde temáticas relacionadas à questão de gênero se ampliam na sociedade contemporânea, desse modo estudos voltados esta ótica na Ciência da Informação acompanham a evolução na demarcação de espaços de poder na Ciência.

Desse modo, acredita-se que o estudo apresentado neste artigo possa contribuir para a compreensão, discussão e ampliação do tema a fim de aprimorar as estruturas organizacionais dos periódicos científicos para buscar formas e meios de oferecer visibilidade para a representação da mulher no âmbito científico e acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas e interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Novo quadro conceitual para a ciência da informação: informação, mediações e cultura. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, n. 2, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/404/404>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- DESIGUALDADES de gênero na ciência brasileira: o quanto ainda precisamos avançar. *Academia Brasileira de Ciências*, 08 mar. 2021. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2021/03/08/desigualdades-de-genero-na-ciencia-brasileira-o-quanto-ainda-precisamos-avancar/>. Acesso em: 4 de maio 2022.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante: 2017.
- FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 53, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- GOMES, Valdir Pereira. O editor de revista científica: desafios da prática e da formação. **Informação & Informação**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 147-172, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34884>. Acesso em: 09 abr. 2022.
- SHINTAKU, Milton; FERREIRA JÚNIOR, Rui Seabra. Gestão de dados em periódicos científicos. *In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana Farias; COSTA, Michelli (org). Tópicos sobre dados abertos para editores científicos*. Botucatu, SP: ABEC, 2020. p. 231-240. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Topicos_dados_abertos_editores_cientificos.pdfAcesso em: 10 abr. 2022.
- MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação e Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/07/pdf_691c714087_0011336.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.
- NEVES, Tatiely Mayara de Oliveira. **Editoras-chefes de Revistas em Ciência da Informação no Brasil: representação e representatividade**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.
- OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, p. 68-77, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- POLLAC, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife, 1989, Mimeo. Tradução de Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 23 dez. 2017.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SOUSA, Beatriz Alves de. **O gênero na Biblioteconomia**: percepção de bibliotecárias/os. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Estudos de gênero) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129392>. Acesso em: 08 fev. 2021.